

## Reformas promulgadas: Sarney celebra atuação do Congresso

“Fizemos alterações há muito desejadas e necessitadas pelo país”, afirmou o presidente do Senado, José Sarney, ao promulgar as reformas da Previdência e tributária. Ele dirigiu saudação especial ao presidente da Câmara, João Paulo Cunha, “que tem conduzido os trabalhos com sabedoria”

Página 3



SESSÃO SOLENE Ao lado de João Paulo Cunha e de integrantes das Mesas do Senado e da Câmara, Sarney comandou a reunião do Congresso Nacional

## Plenário aprova manutenção da tabela do Imposto de Renda

O Plenário do Senado aprovou o projeto do Executivo que mantém a alíquota de 27,5% do Imposto de Renda Pessoa Física para os contribuintes com rendimento mensal superior a R\$ 2.115. Com a manutenção das tabelas, o governo pretendeu evitar futura perda de arrecadação decorrente da redução dessa alíquota para 25%, como estabelecia a lei.



Página 5 **DISCUSSÕES** Base governista garantiu aprovação do projeto, rejeitado pela oposição



## Aprovadas a Bolsa-Família e mais duas MPs

Além da unificação dos programas sociais do governo, medidas instituem Programa de Habitação Popular e garantem crédito para o Ministério das Cidades.

Página 6

Convocação extraordinária deve começar em 20 de janeiro

Página 4



José Cruz

**INFORMAÇÃO** Para Valmir Amaral, é preciso divulgar o Sistema Nacional de Transplantes

## Valmir Amaral elogia campanha para doadores

O senador Valmir Amaral (PMDB-DF) enalteceu a campanha do Ministério da Saúde sobre a importância da doação de órgãos e tecidos. Para ele, a iniciativa é oportuna, já que os pacientes brasileiros ficam cerca de 24 meses à espera de um doador, enquanto nos países desenvolvidos essa média é de seis meses.

O senador sugeriu que o governo faça maior divulgação do Sistema Nacional de Transplantes, das Listas Únicas de Receptores e das Centrais Estaduais de Transplantes, a fim de dar mais credibilidade ao processo de seleção dos beneficiários dos transplantes.

Valmir Amaral disse ainda que é preciso informar melhor a população sobre o que é morte cerebral. A desinformação, disse, leva à desconfiança dos familiares de possíveis doadores.

– Vencidos os medos e a desinformação só restará contar, para um aumento excepcional no número de doações e transplantes em nosso país, com a generosidade do povo brasileiro. E com esta, o Brasil sempre pôde contar – afirmou.

# Atraso na MP da Cofins preocupa Mercadante

■ Senador alerta para prejuízos nas áreas de saúde e educação, caso matéria não seja aprovada até amanhã

O líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), disse que os grandes prejudicados com o atraso na tramitação da Medida Provisória (MP) 135/03, que acaba com a incidência em cadeia da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e aumenta a alíquota de 3% para 7,6%, serão os setores de serviço como saúde e escolas particulares, que teriam tratamen-

to diferenciado, por serem essenciais ao país.

– Até às 15h20 [de sexta-feira] a MP não tinha chegado da Câmara e será complicado votar até terça-feira, porque haverá pedido de verificação de quórum e o risco de mudanças ou até de rejeição – disse.

O senador informou que vai entrar em contato com a Mesa da Câmara e com cada um dos senadores, individualmente, para tentar a aprovação da MP da Cofins, mas disse que lamentava o atraso.

Mercadante confirmou a convocação extraordinária para o dia 20 de janeiro e anunciou que a prioridade do Senado será a reforma do Judiciário. Ele não

quis comentar a avaliação do presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha, de que era “um escândalo” a convocação extraordinária.

– Ele é o presidente da Câmara dos Deputados e tem suas próprias avaliações políticas. O fato é que há reformas urgentes em tramitação e o Congresso Nacional não pode ficar 45 dias sem produzir. É preciso aprovar a PEC paralela e a reforma tributária – disse o líder do governo.

A MP só chegou à Secretaria da Mesa no fim da tarde de sexta-feira, e até o fechamento desta edição não havia sido confirmada a inclusão da matéria na ordem do dia de hoje.



Célio Azevedo

**CRÍTICAS** Lobão diz que assentamentos sem estrutura são “desperdício de dinheiro”

## Lobão condena processo de reforma agrária

Instalar no campo trabalhadores inexperientes sem oferecer as condições elementares para o assentamento é, na opinião do senador Edison Lobão (PFL-MA), um desperdício do dinheiro público. Ele avaliou que até o momento, apesar de ser bem intencionado em seu plano de reforma agrária, o governo federal não obteve sucesso nesse setor e deveria recolher mais opiniões de especialistas.

Edison Lobão citou recente entrevista do ex-dirigente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incr) Francisco Graziano, que enfatizou a posição de que o país “joga dinheiro fora” ao distribuir terra para quem não sabe trabalhar e apontou a degradação ao meio ambiente causada por assentamentos mal feitos.

### Cadastramento

Outra opinião, que, segundo Lobão, deve ser ouvida é a do senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) que propôs um cadastramento de trabalhadores rurais sem-terra feito “nas bases”, por conselhos municipais, que seriam responsáveis ainda pela identificação das terras improdutivas a serem usadas para o assentamento de famílias. A medida, conforme acredita Siqueira Campos, seria capaz de implementar a reforma agrária sem a “desorganização do setor produtivo nacional”.

Edison Lobão disse ainda que a má condução do processo somada à “leniência no combate às invasões de terras” desestabilizam as propriedades produtivas do país.

– Não serão os assentamentos, porventura povoados por não-vocacionados para a agropecuária, que irão assegurar a continuidade dos nossos avanços no setor – avaliou.

## Agenda



### Senado prossegue em autoconvocação

O Plenário realiza sessão deliberativa hoje, a partir das 14h30. Entre os itens da autoconvocação que ainda não foram votados estão a medida provisória (MP 135/03) que trata da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e projeto (PLC 107/03) que prevê a proteção da Mata Atlântica e outras medidas de biossegurança.

### Sessão do Congresso vota Orçamento de 2004

Será realizada hoje, às 11h, sessão conjunta do Congresso Nacional no Plenário da Câmara dos Deputados. Os parlamentares devem discutir o Projeto de Lei Orçamentária de 2004 e o Plano Plurianual (PPA) 2004-2007. As duas propostas estão sendo examinadas pela Comissão Mista de Orçamento.

### CMO examina relatório final

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) reúne-se hoje, às 10h, para votar o relatório final do deputado Jorge Bittar (PT-RJ) sobre o projeto de lei orçamentária para o próximo ano. O colegiado discute ainda o Plano Plurianual para 2004-2007.

### Clarinetas na TV Senado

O programa *Conversa de Música*, hoje às 19h, apresenta o repertório do quarteto de clarinetas Cana Seca, formado por músicos eruditos que tocam ritmos nacionais, do clássico à música folclórica, passando pelo chorinho, samba e frevo.

**A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)**

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF  
CEP 70165-920

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney  
**1º Vice-Presidente:** Paulo Paim  
**2º Vice-Presidente:** Eduardo Siqueira Campos  
**1º Secretário:** Romeu Tuma  
**2º Secretário:** Alberto Silva  
**3º Secretário:** Heráclito Fortes  
**4º Secretário:** Sérgio Zambiasi  
**Suplentes de Secretário:** João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva  
**Diretor da Secretaria de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg  
**Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social:** Helival Rios  
**Diretora do Jornal do Senado:** Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade  
**Diagramação:** Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas D. de Moraes e Rita Avellino  
**Tratamento de Imagem:** Edmilson Figueiredo  
**Arte:** Cirilo Quartim  
**Arquivo Fotográfico:** Elida Costa (61) 311-3332  
**Circulação e Atendimento ao leitor:** John Kennedy Gurgel (61) 311-3333  
**Agência Senado**  
**Diretor:** Antonio Caraballo (61) 311-3327  
**Chefia de reportagem:** Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670  
**Edição:** Marcos Magalhães e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

## REFORMAS

Sarney exalta papel do Congresso na formulação de mudanças constitucionais “desejadas e necessitadas pelo país”. João Paulo ressalta “marca” deixada pelos parlamentares nas propostas

# Promulgadas emendas tributária e previdenciária



**BALANÇO** Para João Ribeiro, Legislativo realizou o que a população esperava

## João Ribeiro: mudanças estabilizam país

As reformas tributária e da Previdência são, no entendimento do senador João Ribeiro (PFL-TO), “boas para o país”. O senador afirmou que o Senado e a Câmara trabalharam com afinco para aprovar as duas reformas, consideradas por ele como essenciais para dar estabilidade ao governo e abrir novos caminhos para a promoção da justiça social.

– O Legislativo fez aquilo que a população brasileira esperava do novo Congresso Nacional – ressaltou.

João Ribeiro também assinou o crescimento econômico e social do seu estado. Afirmou que, a cada ano que passa, o Tocantins vem se projetando em nível nacional em todos os setores, graças ao trabalho de sucessivos governos que, observou, sempre estiveram comprometidos com a boa gestão administrativa e com a melhoria da qualidade de vida da população.

João Ribeiro, que está no primeiro mandato, destacou a construção, no estado do Tocantins, da usina hidrelétrica denominada Luís Eduardo Magalhães, de rodovias e da Ferrovia Norte-Sul.

Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) aplaudiu o trabalho de João Ribeiro ao longo do ano, principalmente o realizado por ele na Comissão Mista de Orçamento. Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e Leomar Quintanilha (PMDB-TO) também elogiaram a atuação de João Ribeiro.

As emendas constitucionais 41 e 42, que introduzem alterações nos sistemas previdenciário e tributário, respectivamente, foram promulgadas, na sexta-feira, em sessão solene do Congresso Nacional.

– Fizemos alterações de ordenamentos constitucionais há muito desejadas e necessitadas pelo país – assinalou o presidente do Congresso, senador José Sarney, que comandou a sessão ao lado de integrantes das Mesas da Câmara e do Senado.

A promulgação das reformas da Previdência e tributária representou, no seu ponto de vista, o cumprimento de importante etapa desta 52ª Legis-

latura. “Este ano legislativo foi, sem dúvida, de grandes realizações para o Brasil”, comentou Sarney, destacando importantes proposições votadas pelo Congresso em 2003. Nesse aspecto, não se furtou a se congratular com os parlamentares das duas Casas “pelo trabalho excepcional que realizaram”.

Sarney dirigiu uma saudação especial ao presidente da Câmara, João Paulo Cunha. “Trata-se de excepcional figura de homem público, que tem conduzido os trabalhos da Câmara dos Deputados com sabedoria, inteligência e acuidade política, zelando pelo prestígio da Casa, pela dignidade do Poder Legislativo e,

por isso mesmo, credenciando-se ao respeito e à admiração de todos nós.”

Sarney realçou a importância do papel do Legislativo na construção de uma relação de equilíbrio com os demais Poderes. Além de salientar o clima de “harmonia e cooperação” mantido com o Judiciário, reconheceu a “coragem” do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao empreender as reformas previdenciária e tributária.

O presidente do Senado aproveitou a oportunidade para anunciar a publicação da revista *Congresso*, que faz um balanço dos trabalhos legislativos em 2003.



**CRÍTICA** Jonas diz que reforma tributária aumenta impostos e prejudica agronegócio

## Jonas aponta prejuízo para estados pobres

A reforma tributária aumenta os impostos e fragiliza as finanças dos estados menos desenvolvidos, disse o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT). Ele criticou, entre as várias alterações, a cobrança de contribuições sociais sobre produtos agrícolas importados.

Para Jonas Pinheiro, essa taxação provocará um imediato aumento no preço dos insumos agrícolas, como defensivos, vacinas e componentes para máquinas e equipamentos. Com isso, previu, o custo dos produtos agropecuários sofrerá novos reajustes, gerando aumento no produto final, a ser pago pelos consumidores.

Outro ponto contido na reforma que preocupa Jonas Pinheiro é o que penaliza com mais impostos o agronegócio brasileiro. Ele informou que essa atividade comercial foi a que apresentou melhor desempenho ao longo de 2003, razão pela qual estranhou que a reforma “possa sacrificar a nossa galinha dos ovos de ouro, justamente porque ela bota muitos ovos”.

– Outro aspecto intensamente preocupante nessa reforma tributária é a possibilidade de, no final das contas, contribuir para o aumento das desigualdades regionais, uma vez que provocará desequilíbrio fiscal nas contas dos estados, sobretudo daqueles que têm a atividade agropecuária como alicerce da sua economia, a exemplo de Mato Grosso – afirmou Jonas Pinheiro.



**OTIMISMO** Sarney, ao lado de João Paulo, promulga reformas e destaca trabalho dos parlamentares

## João Paulo: momento de transparência

O presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha, aproveitou a promulgação das reformas tributária e da Previdência para destacar, na sexta-feira, a “marca” deixada pela Câmara e pelo Senado na melhoria das condições do país.

– O Legislativo vive um momento de transparência e participação, em sintonia com o que ocorre na sociedade – disse João Paulo, sustentando não haver como negar a “digital” do Congresso no valor e nas virtudes das mudanças empreendidas em 2003.

João Paulo também admitiu ter “aprendido muito”, tanto

nas dificuldades como nos momentos bons, com a experiência de homem público do presidente do Senado, José Sarney. Em deferência aos demais parlamentares, ressaltou que todas as etapas do trabalho legislativo, seja nas comissões, seja no Plenário, repercutiram de forma positiva no avanço das condições socio-econômicas do país.

Mas a importância da atuação do Congresso em 2003 não se resumiu à aprovação das duas reformas, conforme salientou João Paulo. Na área social, por exemplo, comentou a aprovação dos estatutos do Idoso e do Desarmamento e de

mudanças no Código Penal. Já no plano internacional, afirmou que a realização do seminário sobre a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) contribuiu para interromper a cizânia em torno da posição do país sobre o assunto.

– Nosso compromisso é com um Brasil melhor – disse o presidente da Câmara, esperando que, em 2004, o país dê um passo adiante em termos de melhoria das condições de emprego e renda da população. “A aprovação dessas reformas na véspera do Natal significa um novo tempo de irmanar o Parlamento com o povo brasileiro para construir nova nação.”

## REFORMAS

Líderes partidários defendem o exame pela Câmara, o quanto antes, da emenda paralela da Previdência para cumprir compromisso feito durante a votação da proposta principal, de autoria do Executivo

## Convocação começa em 20 de janeiro

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), anunciou sexta-feira que haverá convocação extraordinária do Congresso para que a Câmara dos Deputados vote a emenda paralela da Previdência (PEC 77/03), que ameniza os efeitos da reforma para os servidores públicos. Seria cumprido, assim, o acordo que garantiu a aprovação da reforma pelo Senado. Segundo disse, o trabalho extraordinário, a ser convocado pelo presidente Lula, deve começar em 20 de janeiro e iria até 15 de fevereiro.

Os líderes do PMDB, Renan Calheiros (AL), do PSDB, Arthur Virgílio (AM), e do PL, Magno Malta (ES), exigiram de Mercadante e do presidente do Senado, José Sarney, a garantia do cumprimento do acordo que levou à aprovação da reforma. E cobraram a convocação extraordinária.

Renan, Virgílio e Magno Malta reagiram às declarações do presidente da Câmara, deputado João Paulo Cunha, de que a



Waldemir Rodrigues

**FATO** Segundo Mercadante, decisão de manter Congresso funcionando já foi tomada

convocação seria “um escândalo”. Em resposta, Mercadante e Sarney declararam que a decisão política de manter o Congresso funcionando em janeiro já foi tomada.

– O Congresso tem que abrir mão do recesso e trabalhar. Não podemos perder 45 dias de trabalho em um ano eleitoral. O governo está disposto a convocar o Congresso. É indispensável que algumas matérias sejam tratadas com urgência. A



Gerardo Magêlo

**PREVIDÊNCIA** Renan cobrou cumprimento do acordo para votação da emenda paralela

decisão política está tomada. O presidente e os líderes da Câmara disseram que vão se empenhar ao máximo para aprovar a PEC paralela e dar andamento à reforma tributária – disse Mercadante.

### Compromisso

Sarney explicou que, assim como defende as prerrogativas do Senado de votar as matérias com ponderação, João Paulo zela pelas atividades da Câmara. Ele reafirmou que existe

compromisso político de votar a PEC paralela o quanto antes.

O líder do PMDB ressaltou que as reformas previdenciária e tributária não podem ficar “perdidas nos escaninhos da Câmara”. Já Arthur Virgílio criticou o que chamou de “comportamento heterodoxo” do presidente da Câmara e pediu o cumprimento dos acordos para que não haja uma crise entre as duas Casas.

– O que está em jogo é a credibilidade do governo, as palavras dos líderes nesta Casa e as relações do governo com a oposição e com a Câmara. O governo não pode desmoralizar seus líderes publicamente – declarou o líder do PSDB.

Magno Malta cobrou a votação rápida da paralela, que deve “minorar o sofrimento dos servidores públicos”.

– O presidente da Câmara não pode se comportar com tamanha imaturidade. Caso o acordo não seja mantido, os senadores Tião Viana (*líder do bloco de apoio ao governo*) e

Mercadante vão ter que renunciar publicamente, pois suas palavras no Senado não valerão mais nada como interlocutores do governo. Se o acordo não for cumprido, o governo morreu no Senado – afirmou Magno Malta.

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) também criticou a declaração do presidente da Câmara. “Vergonha é o governo não cumprir a promessa e os acordos firmados no Senado com vista à aprovação da PEC paralela pela Câmara”, salientou. O senador teme que a PEC paralela “caminhe para ser um engodo”.

Já o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) manifestou seu respeito a João Paulo Cunha e destacou a dedicação que o presidente da Câmara teve durante todo o ano na condução dos trabalhos daquela Casa. Ele acrescentou que, em conversa com João Paulo, reiterou a importância da convocação para a votação da paralela, que conclui a reforma da Previdência.

### ACM aplaude trabalho da Mesa Diretora



Rocque de Sá

**Reformas foram destaque, disse Antonio Carlos**

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) ocupou a tribuna do Plenário na sexta-feira para destacar o trabalho da Mesa Diretora do Senado neste ano legislativo, considerado por ele como um dos

mais importantes e proveitosos das últimas décadas.

O senador destacou a aprovação das reformas previdenciária e tributária.

Antonio Carlos disse que o Senado pôde fechar o ano com um saldo positivo graças à competência do presidente do Senado, José Sarney, “uma das figuras políticas mais importantes da República em 2003”.

– A Mesa Diretora e especialmente o seu presidente estão de parabéns pelo trabalho realizado – concluiu.



Jone de Araújo

**CONCORDÂNCIA** José Sarney afirma que é favorável à convocação extraordinário do Congresso

### Objetivo é cumprir acordo, diz Sarney

O presidente do Senado, José Sarney, disse sexta-feira que é favorável à convocação do Congresso em janeiro para saldar compromisso dos parlamentares com a votação da emenda paralela da Previdência (PEC 77/03), mas condicionou qualquer iniciativa nesse sentido a um entendimento com o presidente da Câmara, deputado João Paulo Cunha.

– Pessoalmente sou a favor da convocação, mas não posso

convocar senão de inteiro acordo com João Paulo. Estou aguardando o ponto de vista dele, mesmo na hipótese de que o Executivo tenha que convocar. Senado e Câmara são inseparáveis nessa decisão.

Sarney acentuou a necessidade de se votar logo a proposta, surgida em negociações durante a tramitação da proposta principal (PEC 67/03).

Ele disse que está disposto a trabalhar sem remuneração na

convocação para cumprir acordo assumido com servidores, e defendeu a redução do período de recesso do Congresso, que é de três meses a cada ano.

– Acho que podemos reduzir esse prazo para 45 dias, até para evitar críticas que surgem toda vez que matérias importantes exigem convocação, e o Congresso acaba sendo acusado de que está fazendo a convocação porque deseja funcionar para receber subsídios.

### Entrosamento com a Câmara é ressaltado

À saída da reunião com o presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha, logo depois do encerramento da sessão de promulgação das reformas previdenciária e tributária, o presidente do Senado, José Sarney, ressaltou a boa qualidade do relacionamento entre as duas Casas do Congresso.

– Quero ressaltar que nunca, em nenhuma legislatura de que eu tenha participado aqui no Congresso, houve um entrosamento tão grande entre a Câmara e o Senado, e entre os presidentes da Câmara e do Senado, como nesta legislatura. O presidente da Câmara, com grande espírito público, tem procurado solucionar todos os problemas de acordo com os interesses do país – afirmou.

# Plenário aprova manutenção da tabela do IR

**Parecer de Mercadante mantém inalterado texto da Câmara e rejeita três emendas oferecidas em Plenário**

O Plenário do Senado aprovou na sexta-feira, com o voto contrário do PFL, PSDB e PDT, o projeto de lei (PLC 101/03) originário do Executivo que mantém a alíquota de 27,5% do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) aplicada aos contribuintes com rendimento mensal superior a R\$ 2.115. Assim, essa alíquota continua valendo para os fatos geradores do IRPF que ocorrerem a partir de 1º de janeiro de 2004. Para entrar em vigor, a medida aguarda apenas a sanção do presidente da República.

Com a manutenção das atuais tabelas progressivas mensal e anual do IRPF, o governo pre-



**DIVERGÊNCIA** Projeto foi aprovado em Plenário com votos contrários do PSDB, PFL e PDT

tendia evitar uma futura perda de arrecadação com a redução dessa alíquota para 25%, conforme estabelecia a Lei 9.532/97, que trata da legislação tributária federal. A queda de 2,5% na alíquota foi afastada com a revogação desse dispositivo pelo PLC 101/03.

De acordo com a tabela progressiva mensal do IRPF, ficam isentos do pagamento do IRPF quem ganha até R\$ 1.058. Desse valor até R\$ 2.115, é aplicada a alíquota de 15%. Acima desse último valor, fica valendo a alíquota de 27,5%. Ao defender seu parecer em Plenário, o sena-

dor Aloizio Mercadante (PT-SP) manteve inalterado o texto aprovado pela Câmara e rejeitou três emendas oferecidas em ao projeto.

Mercadante argumentou que a correção da tabela do Imposto de Renda agora acarretaria a estados e municípios perdas de

receita superiores, respectivamente, a R\$ 2 bilhões e R\$ 1,4 bilhão. Isso porque esses entes federados recebem, via Fundo de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM), 47% dos arrecadação do IR.

– Se retirarmos esses recursos, estaremos, na prática, retirando mais receita das regiões mais pobres do país – advertiu.

O líder do governo no Senado reconheceu a necessidade de uma

reestruturação mais ampla do Imposto de Renda, contemplando não só a correção da tabela, mas até a criação de novas alíquotas para faixas de renda mais altas. Mas argumentou que só há condições fiscais de empreender essa discussão em 2004.

## JOSÉ JORGE



### Emendas rejeitadas e protesto contra a MP da Cofins

Apesar da rejeição de suas emendas ao projeto sobre o Imposto de Renda, o senador José Jorge (PFL-PE) concordou com a votação da matéria pelo Plenário do Senado, mas protestou contra o exame da medida provisória que eleva de 3% para 7,6% a alíquota da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

– Acho uma vergonha o Senado votar de imediato essa MP, pois ainda nem conhecemos o teor de seus artigos, que mudam bastante a legislação tributária e inviabilizam certos setores, como o de serviços, que empregam muita mão-de-obra.

A decisão de Mercadante de rejeitar suas emendas ao projeto do IR sob o argumento de que as mudanças retirariam receitas de estados e municípios foi criticada por José Jorge.

## JORGE BORNHAUSEN

### Críticas ao aumento da carga tributária e do desemprego

O senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) classificou como um “ato de desrespeito ao contribuinte” a aprovação da proposta que prorroga a alíquota de 27,5% do IR.

– Esse projeto retira de forma acintosa do bolso do contribuinte recursos indispensáveis à sua sobrevivência – observou o senador, para quem é o cidadão brasileiro, principalmente o assalariado da classe média, que mais uma vez pagará a conta.

Bornhausen criticou também o aumento da carga tributária proposto pelo governo e observou que o governo de Luiz Inácio Lula da Silva completa um ano de gestão com um saldo negativo, principalmente na geração de empregos. E informou que a taxa do desemprego subiu para 13%, o que conside-

## ARTHUR VIRGÍLIO



### Contribuinte não agüenta mais impostos

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), encaminhou voto contrário ao projeto de lei que mantém a atual tabela do Imposto de Renda Pessoa Física, em especial a alíquota de 27,5%.

– Vou ser curto e grosso: nosso partido é contra a manutenção dessa alíquota, bem como dos atuais números relativos à tabela do IR pessoa física, porque isso representa uma cavalhar majoração da carga tributária e o contribuinte brasileiro não agüenta mais aumento de impostos – afirmou.

Para Arthur Virgílio, o aumento de impostos pode comprometer a retomada do crescimento econômico em 2004, porque o setor produtivo precisará vender mais, se quiser se desenvolver e gerar os empregos que todos desejam.

## OSMAR DIAS

### Esquecer compromissos é assunto sério

Pelo PDT, o senador Osmar Dias (PR) encaminhou voto contrário ao projeto, argumentando que o PT, durante a campanha eleitoral, prometeu corrigir anualmente a tabela, para impedir aumento de carga tributária.

– Esquecer compromissos de campanha é um assunto muito sério, porque leva à quebra de credibilidade, um problema grave para qualquer governo.

Osmar Dias reconheceu ser necessário manter a arrecadação do IR, porque ele é uma das principais fontes de recursos para os fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM). Mas, segundo ele, não há justificativa para aumento da arrecadação, que é o que acontece quando a tabela não é corrigida pelos índices de inflação dos últimos 12 meses.

## JOSÉ AGRIPINO



### Governo não cumpriu acordo feito no ano passado

Ao expressar seu voto pessoal e o do seu partido, o PFL, contrário ao projeto de lei que mantém a atual tabela do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), o senador José Agripino (RN) criticou o governo federal por não ter cumprido o acordo feito no final do ano passado de reajustar a tabela em 35%. Ele também classificou de “perversidade” para com a classe média a não diminuição da alíquota de 27,5% para 25% em janeiro de 2004, como estava previsto em lei.

– Este projeto impõe ao brasileiro, por lei, um decurso salarial. Por hipótese alguma eu e o PFL poderíamos votar contra os acordos feitos no ano passado, contra a lei vigente e, principalmente, contra a classe média do país – afirmou José Agripino.

# Senado aprova MP que cria o Programa Bolsa-Família

Medida unifica a gestão de várias ações de transferência de renda implementadas pelo governo federal

O Senado aprovou sexta-feira a medida provisória (MP 132/03) que cria o Programa Bolsa-Família, unificando a gestão dos vários programas de transferência de renda do governo federal, especialmente o Bolsa-Escola, o Programa Nacional de Acesso à Alimentação, o Bolsa-Alimentação, o Auxílio-Gás e o Cadastramento Único do Governo Federal. A MP seguiu para sanção do presidente da República.

A medida foi relatada pelo senador Renan Calheiros (PMDB-AL), que elaborou parecer



**PARECER** Renan relatou a MP, enviada para sanção do presidente da República

favorável. Os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Magno Malta (PL-ES) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) manifestaram apoio ao programa.

Conforme a MP, o benefício será dividido em duas categorias: o básico e o variável. No primeiro caso, serão atendidas

famílias em situação de extrema pobreza. No segundo, o programa será destinado a famílias que se encontrem em situação de pobreza e extrema pobreza e que tenham em sua composição gestantes, nutrizes, crianças entre zero e 12 anos e adolescentes até 15 anos.

O benefício básico terá valor de R\$ 50 mensais para famílias com renda *per capita* de até R\$ 50. O variável garantirá mensalmente R\$ 15, até o limite de R\$ 45, para famílias com renda *per capita* de até R\$ 100.

A MP também cria o Conselho Gestor Interministerial do Programa Bolsa-Família, com a finalidade de assessoramento imediato do presidente da República, além de formulação e integração de políticas públicas, definição de diretrizes para desenvolvimento do programa.

## Habitação popular terá mais recursos

Foi aprovada pelo Plenário a medida provisória (MP 133/03), editada em 23 de outubro, que institui o Programa Especial de Habitação Popular, com o objetivo de oferecer acesso à moradia adequada a famílias com renda mensal inferior a três salários mínimos. Devido à aprovação de emendas supressivas apresentadas pelo relator, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), a matéria voltará à Câmara.

Os recursos do programa, segundo Suassuna, serão destinados à produção ou aquisição de unidade habitacional, lote urbanizado ou material de construção, urbanização de assentamentos precários e



**MUDANÇAS** Ney Suassuna apresentou emendas supressivas à medida provisória

requalificação urbana. O dinheiro virá do Fundo de Desenvolvimento Social, do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social e do orçamen-

to do Ministério das Cidades.

Na discussão, a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) cumprimentou o governo pela iniciativa, mas lamentou que a implantação do programa tenha se dado na forma de MP, sem que o Congresso tivesse a oportunidade de debater com maior profundidade o assunto.

– Voto favoravelmente, mas deixo o meu protesto pelo fato de o Executivo ter deixado para apresentar de última hora uma medida tão importante. Torço para que o governo realmente construa moradias nas regiões mais pobres do país, e não apenas use esse programa para melhorar a *performance* do PT nas eleições do próximo ano.

## Garantidos R\$ 80 mi ao Ministério das Cidades

O Plenário do Senado aprovou sexta-feira a medida provisória (MP 134/03) que abre crédito extraordinário no valor de R\$ 80 milhões para o Ministério das Cidades. Os recursos serão aplicados em projetos de habitação popular.

De acordo com o relator da matéria, senador Demostenes Torres (PFL-GO), R\$ 50 milhões serão repassados a municípios; R\$ 20 milhões, a estados; e R\$ 10 milhões, a entidades privadas. Demostenes leu em Plenário parecer favorável à MP.

A medida provisória foi vota-

da com o protesto, e o voto favorável, da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO). Ela contestou o fato de, depois de aprovada na Câmara dos Deputados, na noite da quinta-feira, a MP ter tramitado no Senado em regime de urgência, o que inviabilizou a discussão da matéria pelos senadores, inclusive na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), da qual Lúcia Vânia é presidente.

– Essa MP é um pouco melhor do que as outras, já que destina recursos aos estados, e tem valor no mérito, mas sou



**DIVISÃO** Recursos serão repassados a municípios e estados, segundo Demostenes

contra a urgência e a falta de debate – disse Lúcia Vânia, ao dar o voto favorável.



**DECISÃO** Relatório geral sobre projeto de Orçamento para 2004, que será votado hoje pela CMO, dá atenção especial à área de saúde

## Orçamento pode destinar R\$ 11,4 bi a investimento

Os investimentos em 2004 deverão ser orçados em R\$ 11,40 bilhões, quantia superior em 31,4% ao previsto na proposta orçamentária encaminhada ao Congresso. Ao anunciar esse volume maior de recursos para o próximo exercício, como um indicativo da disposição governamental de retomar o crescimento econômico, o relator-geral do orçamento, deputado Jorge Bittar (PT-RJ), informou que até o último dia 12 de dezembro estavam empenhados R\$ 4,2 bilhões.

A área da Saúde foi a que recebeu atenção especial em seu relatório. Bittar ressaltou à imprensa que os recursos vão superar o montante exigido pela Emenda Constitucional 29. O relator afirmou que cumpriu o compromisso assumido na

Comissão Mista de Orçamento de destinar mais R\$ 1,2 bilhão à Saúde.

Ele disse que aceitará o destaque proposto pelo presidente da Frente Parlamentar da Saúde, Rafael Guerra (PSDB-MG), redistribuindo aos estados os R\$ 2,3 bilhões que estavam centralizados no Ministério da Saúde.

### Salário mínimo

A revisão das despesas previdenciárias e a identificação de um déficit menor em 2004 deverão abrir espaço no orçamento de R\$ 3,6 bilhões para acomodar o reajuste do salário mínimo.

Esse procedimento também cria possibilidade para o governo começar a pagar aos aposentados e pensionistas que não receberam as restituições de planos econômicos.

## Acordo da Cofins reduz verba para emendas parlamentares

As concessões feitas para a aprovação da medida provisória da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), beneficiando setores como educação, saúde, transportes coletivos e pequenas empresas de *software*, reduziram a já estreita margem de recursos para o atendimento das emendas parlamentares. A perda de receita com o tributo deverá ser de R\$ 667 milhões, conforme anunciou o relator-geral do Orçamento de 2004, deputado Jorge Bittar (PT-RJ), revisando a estimativa anterior de R\$ 1 bilhão.

O resultado foi um corte direto nos recursos que o relator havia reservado para acomodar os pleitos dos senadores e dos deputados. De R\$ 1,7 bilhão previsto inicialmente, Bittar só conseguiu redistribuir R\$ 1,037 bilhão no seu parecer final. Mesmo assim está confiante em que os integrantes da Co-

missão Mista de Orçamento (CMO) não criarão obstáculos para aprovação do seu relatório na reunião de hoje, marcada para as 10h.

– O ambiente na comissão é dos melhores. E há entendimento de que não estou trabalhando com carta na manga –, afirmou Bittar, ao final de sua coletiva à imprensa na sexta-feira para adiantar alguns números do seu parecer.

Com as concessões feitas na Cofins, a reestimativa de receita teve de ser revista para R\$ 11,3 bilhões dos R\$ 11,9 bilhões a R\$ 12 bilhões contidos no relatório do Comitê de Receita. Essa perda não conseguiu ser compensada pelos ganhos, como os R\$ 180 milhões agregados à receita por conta, segundo Bittar, de dois precatórios que o governo conseguiu vencer na Justiça. No total, a arrecadação deve alcançar R\$ 413 bilhões em 2004.

José Cruz



**IMPROVISO** Segundo Lúcia Vânia, presidente não tinha programa para área social

## Governo falha no social, diz Lúcia Vânia

O maior fracasso do primeiro ano do governo do presidente Lula, disse na sexta-feira a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), foi na área social. Ela apresentou em Plenário dados que apontam baixas execuções orçamentárias dos recursos previstos para programas sociais. No total, afirmou a senadora, apenas 8,6% do que estava previsto foi efetivamente investido neste ano.

– Em tempos de crescimento zero, taxa recorde de desemprego e queda de renda do trabalhador, constatamos que o governo Lula não dispunha de um programa consistente para a área social – declarou.

O pior desempenho, de acordo com Lúcia Vânia, foi do Ministério da Assistência Social: dos R\$ 177 milhões previstos no Orçamento, apenas R\$ 2 milhões, ou 1,1%, foram executados. Nas áreas de investimento e habitação, continuou, apenas 1,4% e 1,6% do previsto inicialmente foram gastos efetivamente em 2003. Para a reforma agrária, uma das bandeiras de campanha do PT, a senadora informou que 33,7% do orçamento para compra de terras foram gastos. Já no Programa de Agricultura Familiar, dos R\$ 400 milhões previstos, apenas R\$ 5 milhões foram gastos e, para 2004, não há sequer previsão de investimentos.

– Esperava-se que o PT colhesse melhores resultados. O PT errou ao desprezar os avanços do governo Fernando Henrique. Falhas precisam ser corrigidas, mas o trabalho não pode ser desprezado – avaliou.

Em apertados, os senadores Alvaro Dias (PSDB-PR) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG) apoiaram as críticas de Lúcia Vânia. Em resposta, Serys Slhessarenko (PT-MT) disse que o governo Lula herdou “dívidas e restos a pagar de 2002 e até de 2001”.

## Tuma elogia desempenho do avião Super Tucano

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) registrou na sexta-feira, em Plenário, a apresentação ocorrida na véspera, pela Força Aérea Brasileira, do avião ALX Super Tucano, adquirido junto à Embraer, quando foi feita uma demonstração da aeronave na pista de testes da empresa, em Gavião Peixoto (SP).

Segundo Tuma, o ALX Super Tucano – com tecnologia para atividades de combate ao narcotráfico – é um turboélice militar com características de aeronave leve de ataque, que sucede o Tucano, em operação

em forças aéreas de 15 países. O avião vai compor, juntamente com as aeronaves Embraer EMB 145 SA e EMB 145 RS, a vigilância aérea do Sistema Integrado de Vigilância da Amazônia (Sivam), e será usado nas operações de treinamento dos pilotos da FAB.

O senador afirmou que os radares do avião foram capazes de detectar um avião Cessna, de pequeno porte. O ALX, narrou Tuma, seguiu o avião suspeito, deu tiros de advertência, e forçou o pouso do Cessna.

– O grau de sofisticação tec-

nológica da Embraer faz com que a empresa tenha capacidade real de competir com a indústria aeronáutica internacional – declarou Tuma.

O senador lamentou que a reforma da Previdência não incluía subteto para aposentadorias dos integrantes das polícias judiciárias dos estados, mas informou que a proposta paralela vai permitir que os legislativos aprove emenda às constituições estaduais. Renan Calheiros (PMDB-AL) registrou a luta de Tuma pelo subteto para a polícia judiciária.



**EFICIÊNCIA** Para Tuma, Embraer tem capacidade para competir no mercado internacional

## Antero defende acesso da Receita Federal às contas dos contribuintes

**Senador pede quebra de sigilo bancário para aumentar eficiência no combate à sonegação**

O presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Banestado, Antero Paes de Barros (PSDB-MT), disse que é imperioso acabar com o sigilo bancário que hoje impede que o Banco Central libere à Receita Federal o acesso às informações sobre movimentação bancária dos contribuintes. Se houver necessidade de mudança na legislação, o Congresso estará a postos para aprovar as modificações, afirmou o senador.

Antero divulgou relatório parcial dos resultados da CPI do Banestado e informou que



**CONTRIBUIÇÃO** CPI do Banestado ajudou na identificação de sonegadores, afirma Antero

a Receita Federal está cobrando um montante de R\$ 203,5 bilhões em impostos devidos por instituições financeiras e pessoas jurídicas após analisar relatório do Banco Central sobre movimentação das chama-

das contas CC-5, entre 1998 e 2002, encaminhado pela CPI.

– É isso mesmo: são R\$ 203,5 bilhões em impostos sonegados, que a Receita identificou ao analisar um CD-ROM do Banco Central sobre remessas ao exterior através das contas CC-5. Os contribuintes não declararam renda compatível com suas remessas ao exterior e agora estão sendo intimados a pagar impostos sobre esses rendimentos – explicou.

O senador afirmou que esses dados estavam em poder do Banco Central, mas protegidos pelo sigilo bancário. A CPI, com seu poder de quebra desse sigilo, simplesmente transferiu esses dados do BC para a Receita Federal, relatou.

### Investigações

O senador por Mato Grosso disse ainda que a CPI recebeu das autoridades norte-ameri-

canas um CD-ROM com uma listagem de 300 mil operações de clientes brasileiros por meio da conta Beacon Hill, na filial de Nova York do Banestado.

– Repassamos os dados para a Receita Federal, que está analisando as operações para identificar as empresas e pessoas físicas que operaram, bem como a possibilidade de ter havido sonegação de impostos – informou.

Antero lembrou que, ao retomar os trabalhos, no dia 15 de fevereiro do próximo ano, a CPI continuará as investigações, porque já foi provada a relevância de sua contribuição. Ele acrescentou ainda que a sonegação fiscal de pessoas físicas é relativamente modesta, se comparada ao volume do desvio praticado pelas instituições financeiras e pelas pessoas jurídicas não financeiras.

## Alvaro rejeita participação do país em conselho da ONU



**MENOR** Sem poder de veto, Brasil seria “membro de segunda categoria”, diz Alvaro

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) disse na sexta-feira, em Plenário, que é contra a presença do Brasil, sem poder de veto, entre os integrantes permanentes do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU). Para ele, o país não pode aceitar ser uma espécie de “membro de segunda categoria” do conselho.

Alvaro conclamou o Congresso, em especial o presidente do Senado, José Sarney, a se manifestar contra essa possibilidade junto ao Ministério das

Relações Exteriores. Segundo ele, na qualidade de ex-presidente da República, Sarney será o interlocutor certo para contrapor-se à sinalização do ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, de que o Brasil poderia aceitar integrar o Conselho de Segurança da ONU sem poder de veto.

O senador contestou a justificativa de que 90% das questões submetidas ao Conselho de Segurança são decididas por consenso e, nessas, o Brasil estaria envolvido diretamente.

“Na verdade, são justamente os demais 10% dos assuntos, aqueles que dependem de veto, os temas que efetivamente fazem a diferença”, destacou.

Alvaro Dias afirmou haver consenso mundial sobre a necessidade de adequar a ONU aos novos paradigmas internacionais, depois que ocorreu a invasão do Iraque, decidida à revelia da entidade. Para o senador, o Conselho de Segurança precisa abrigar, de forma permanente, representantes da América Latina e da África.



**MEDIDAS** Flávio Arns cobra redução de tributos e mais verbas do FGTS para o setor

## Arns aponta solução para moradia no país

Uma série de medidas para facilitar o acesso à habitação no país foi sugerida, em Plenário, pelo senador Flávio Arns (PT-PR), com o objetivo de reduzir o déficit de mais de 6 milhões de moradias no Brasil.

Antes de tudo, enfatizou, é preciso manter a aplicação dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para a habitação e saneamento básico, pois estes recursos têm um custo barato e viabilizam o financiamento a baixo custo de moradias de interesse social. Também é necessário, acrescentou, ampliar os valores destinados no Orçamento Geral da União ao crédito habitacional para faixas de renda mais baixa, cuja demanda por habitação só é atendida por meio de subsídios.

Outra medida defendida por Arns é a redução da carga tributária sobre moradias populares. Segundo dados do Sindicato da Construção Civil do Paraná, por ele citados, 46% do preço de uma casa desse tipo se referem a impostos. Os encargos sociais sobre a mão-de-obra também devem ser reduzidos, disse.

Arns informou ainda que apresentou recentemente projeto de lei que cria o Sistema de Aquisição da Habitação Social para possibilitar maior acesso da população de baixa renda à habitação. O objetivo seria alcançado por meio do Fundo para a Aquisição da Habitação Social, a ser gerido pela União, com recursos provenientes de diversas fontes.

– Promovendo o acesso facilitado da população a esses incentivos, o Brasil poderá só corrigir esse déficit.

# Senadores elogiam escolha de Marco Maciel para ABL

**Durante homenagem, oradores exaltam a conduta do novo imortal como político e administrador**

O Plenário aprovou na sexta-feira voto de aplauso ao senador Marco Maciel (PFL-PE) pela sua eleição, na última quinta-feira, para a Academia Brasileira de Letras (ABL), na vaga deixada pelo jornalista Roberto Marinho. O requerimento foi assinado por Arthur Virgílio (PSDB-AM), José Agripino (PFL-RN) e Eduardo Suplicy (PT-SP).

Durante o encaminhamento da votação, Virgílio observou que ter concorrido à vaga com o escritor Fernando Morais – “um escritor tão talentoso –, abrilhantou ainda mais a escolha de Maciel pelos imortais. Agripino destacou que o homenageado “é um quadro que o Brasil se orgulha de ter”.

Demostenes Torres (PFL-GO) lembrou que, na ABL, Maciel fará companhia ao presidente do Senado, José Sarney, também imortal. Já Paulo Octávio (PFL-DF) afirmou que o homenageado soube honrar a vida pública, enquanto Ramez Tebet (PMDB-MS) disse que, com a eleição, “está engrandecida a Academia Brasileira de Letras”. João Tenório (PSDB-AL) observou que, por sua história na política brasileira, Maciel “já era um imortal”.

Reginaldo Duarte (PSDB-

CE) destacou que o senador pefelista honra o Senado e também honrará a ABL. Rodolpho Tourinho (PFL-BA) manifestou a certeza de que Maciel engrandecerá o Nordeste na Casa de Machado de Assis. Alvaro Dias (PSDB-PR) lembrou a discrição que marca a personalidade do novo imortal.

### Motivo de orgulho

Dando continuidade ao encaminhamento do voto de aplauso, Fernando Bezerra (PTB-RN) disse que Marco Maciel é um orgulho para todos os nordestinos. Em nome do PMDB, Ney Suassuna (PMDB-PB) associou-se à homenagem. Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) observou que para Maciel entrar na academia era apenas uma questão de tempo. Jorge Bornhausen (PFL-SC), por sua vez, classificou a homenagem de justa e merecida.



**RECONHECIMENTO** Eleição de Maciel é considerada justa, merecida e sábia por senadores

Para José Jorge (PFL-PE), todos sabiam que o ex-vice-presidente da República ia sair vitorioso, “porque ele nunca perdeu uma eleição em sua carreira”. Alberto Silva (PMDB-PI) disse que agora a ABL tem dois grandes intelectuais para falar sobre as leis brasileiras. Maguito Vilela (PMDB-GO) apresentou, em nome do povo goiano, cumprimentos pela escolha do novo acadêmico. Eduardo Suplicy (PT-SP) também associou-se à homenagem, assim como Augusto Botelho (PDT-RR).

### Exemplo

Na opinião de Mão Santa (PMDB-PI), “o exemplo de Sarney foi fundamental para o novo acadêmico”. João Capiberibe (PSB-AP) externou seu apreço pela conquista de Maciel, enquanto Tião Viana (PT-AC) disse que a ABL deve estar orgulhosa pela “sábia escolha”. Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) observou que ele é um exemplo de administrador. Antero Paes de Barros (PSDB-MT) também considerou sábia a decisão dos imortais.

João Ribeiro (PFL-TO) afirmou que o escolhido é um dos homens mais cultos do país e Renan Calheiros (PMDB-AL) expressou a felicidade de todos com a eleição. Por sua vez, Sibá Machado (PT-AC) ressaltou a grande contribuição do parlamentar de Pernambuco para o meio político e, a partir de agora, para a ABL.



**PLEITO** Augusto Botelho sugere realização de licitação para transporte de passageiros

## Augusto quer novas linhas interestaduais

O senador Augusto Botelho (PDT-RR) pediu ontem, em Plenário, que os parlamentares se mobilizem no sentido de serem realizadas licitações para novas empresas de ônibus de transporte interestadual de passageiros no país, em virtude de “omissão do Ministério dos Transportes e da Agência Nacional de Transportes Terrestres”. Ele citou como exemplo o que acontece em Roraima, onde não é realizada licitação dessa natureza há 20 anos.

Augusto disse que o problema atinge todo o Brasil, salientando que, em seu estado, o monopólio no transporte de passageiros entre os estados é especialmente grave, o que “contraria os preceitos constitucionais”. Informou que uma única empresa domina há duas décadas a linha Boa Vista-Manaus. “Outras empresas que possuem capacidade de prestar o mesmo serviço estão excluídas do mercado.”

O parlamentar ressaltou inclusive que o Ministério Público vem tentando obter uma ordem judicial para que seja promovida a licitação no estado. O objetivo, esclareceu, é conseguir melhores serviços com melhores preços.

Augusto destacou que foi firmado inclusive acordo entre o Ministério Público paulista e o Ministério dos Transportes determinando a realização de estudos técnicos para subsidiar licitação nas 50 maiores linhas operadas por uma única empresa. Mas, argumentou, “não é justo que a carente população de Roraima seja obrigada a aguardar a realização desses estudos”.

## Sarney agradece em nome da Academia

Também se associando à homenagem dos senadores a Marco Maciel, o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), disse, antes da votação do requerimento, que estava envolvido na mesma alegria da Casa pela escolha do novo imortal. Sarney expressou, em nome da ABL, gratidão pelas manifestações em Plenário, o que mostra, na sua opinião, o alto prestígio que a academia desfruta no Senado e no Brasil. Ele agradeceu ainda as referências ao seu nome.

Sarney observou que a eleição para a academia não é julgamento dos imortais e sim escolha. “Fernando Morais não foi julgado. É um grande escritor e sem dúvida tem sua posição na literatura reconhecida por todos.”

O senador disse calcular a alegria sentida por Maciel, a quem já parabenizou por telefone. Segundo Sarney, a vitória do senador pernambucano talvez tenha provocado uma sensação de satisfação maior do que a própria eleição dele para a ABL.

O presidente do Senado

lembrou que a ABL reflete uma tradição francesa de contar com nomes que tenham brilho na política e na literatura. Como exemplo, citou Joaquim Nabuco, Machado de Assis, José Américo de Almeida e Gilberto Amado. Destacou ainda que a 41ª cadeira foi postumamente assegurada ao ex-presidente Juscelino Kubitschek, como deveria ser dada de direito ainda em vida. O senador Paulo Octávio (PFL-DF), em nome de Brasília, agradeceu a homenagem ao fundador da cidade.

**A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Eduardo Siqueira Campos e Romeu Tuma e pela senadora Serys Slhessarenko**